

O SR. PRESIDENTE - LUIZ CARLOS GONDIM - SD - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência irá levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de hoje, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 19 horas.

Está levantada a sessão.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 50 minutos.

\*\*\*

## 20 DE SETEMBRO DE 2017

## 44ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

<b>Presidente: CAUÊ MACRIS</b>
<b>RESUMO</b>
<p>ORDEM DO DIA</p> <p>1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS</p> <p>Abre a sessão. Coloca em votação e declara aprovado, requerimento, do deputado Barros Munhoz, de alteração da Ordem do Dia.</p> <p>2 - WELLINGTON MOURA</p> <p>Para Questão de Ordem, questiona se é ilegítima a forma como o deputado Roberto Engler assumiu a presidência da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, em reuniões realizadas desde 05/09 deste ano.</p> <p>3 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS</p> <p>Informa que responderá a Questão de Ordem em momento oportuno. Coloca em votação e declara aprovada a alteração da Ordem do Dia. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovados o PL 268/16, o PL 380/16, o PL 670/16, o PL 866/16, e rejeitados os vetos aos referidos projetos. Coloca em discussão o PLC 10/17.</p> <p>4 - BARROS MUNHOZ</p> <p>Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.</p> <p>5 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS</p> <p>Defere o pedido e levanta a sessão.</p> <p>***</p> <p>- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.</p> <p>***</p> <p>O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.</p> <p>Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.</p> <p>***</p> <p>- Passa-se à</p>

### ORDEM DO DIA

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, há sobre a mesa requerimento de inversão da Ordem do Dia, solicitando que a matéria constante do item 1, PLC nº 10, de 2017, passe a constar como item 5, renumerando-se os demais itens.

Em votação o requerimento.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação pela liderança do PRB.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para encaminhar a votação pela liderança do PRB, tem a palavra o nobre deputado Wellington Moura.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, telespectadores da TV Assembleia, Sr. Presidente, eu gostaria de apresentar uma Questão de Ordem em relação à reunião da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento que aconteceu hoje.

“Questão de Ordem nº 319.

Senhor Presidente,

Com fundamento no Art. 260 e seguintes do Regimento Interno, formulo a V. Exa. a seguinte Questão de Ordem, vazada nos seguintes termos:

Cabe suscitar que o deputado estadual Roberto Engler, atual presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, convocou reunião ordinária dia 20 de setembro de 2017, quarta-feira, às 14 horas, no Plenário Tiradentes, com a finalidade de apreciar uma pauta com 115 itens.

A reunião ocorreu com o seu quórum regimental, contando com a presença de seis membros efetivos e um substituto. Tal ato é contínuo e corriqueiro na Casa do Povo, porém a reunião ocorrida é ato nulo. Isso ocorre por conta da forma ilegítima que o deputado estadual Roberto Engler assumiu a Presidência da comissão.

No dia 05/09/2017, foi apresentada Questão de Ordem por este deputado que vos fala, para que fosse cancelada a reunião de Presidência pelos motivos apresentados anteriormente. Ocorre que o Regimento Interno prevê em seu Art. 262 o prazo de 60 dias para a resposta da Questão de Ordem formulada.

Apesar de o presidente atual da Assembleia Legislativa estar dentro do prazo regimental, diante de tal nulidade do processo eleitoral da Comissão de Finanças e Orçamento, não podemos nos calar.

Ante o exposto, vimos requerer o reconhecimento do cancelamento da reunião ordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento realizada no dia 20 de setembro de 2017 e das reuniões que ocorrerem posteriormente ao dia 05 de setembro de 2017, pelos motivos expostos acima.”

Sr. Presidente, quero apresentar esta questão de ordem a V. Exa., porque não vou admitir, de forma alguma, que nesta Casa o Regimento seja rasgado. Se temos hoje um Regimento Interno, no mínimo, ele tem que ser seguido por todos os 94 deputados da Casa.

E, como deputado desta Casa e líder da bancada do PRB, não admitirei o que ocorreu no dia 05 de setembro, com todo o respeito da palavra, quando houve um desrespeito para com esta comissão e para com este vice-presidente, que estava conduzindo essa comissão.

Eu, na minha autoridade, como vice-presidente, não assumi a Presidência no momento daquela eleição, que já havia sido cancelada minutos antes. Por isso, Sr. Presidente, tudo que acontecer nessa comissão, no dia 05 de setembro até o prezado momento, em que V. Exa. responder essa questão de ordem, vou pedir, todas as vezes em que acontecer, uma questão de ordem a V. Exa., e para que no prazo oportuno, que V. Exa. quiser responder, que tem o prazo de 60 dias regimentais, mas V. Exa. pode responder em qualquer dia, seja cancelado qualquer procedimento que acontecer nessa comissão, a anulação de todas as votações presentes.

Portanto, apresento a minha questão de ordem a V. Exa., e gostaria que V. Exa. tomasse atitudes, como presidente responsável que tem sido nesta Casa, e tem sido, realmente, democrático com todos os deputados, tem agido de forma correta. Confio na sua pessoa, confio no caráter, por mais que seja do mesmo partido, o PSDB, mas confio que, como presidente, tomará as atitudes corretas em relação a todos os atos que estão acontecendo em relação a essa comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Recebo a questão de ordem de V. Exa. e no momento oportuno responderemos à mesma.

Em votação o requerimento. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 1 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 268, de 2016, (Autógrafo nº 31948), vetado totalmente, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Dá denominação de "Viaduto do Calcário José Vitti" ao viaduto localizado no km 10,5 da Rodovia Fausto Santomauro - SP 127, que interliga os Municípios de Rio Claro e Piracicaba. Parecer nº 935, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação e de Transportes, favorável ao projeto.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis ao projeto e contrários ao veto, queiram permanecer como se encontram. (Pausa.) Aprovado o projeto e rejeitado o veto.

Item 2 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 380, de 2016, (Autógrafo nº 31945), vetado totalmente, de autoria do deputado Welson Gasparini. Dá a denominação de "Vereador José Velloni" à Escola Estadual Jardim Monte Carlo, em Ribeirão Preto. Parecer nº 936, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação e de Educação, favorável ao projeto.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis ao projeto e contrários ao veto, queiram permanecer como se encontram. (Pausa.) Aprovado o projeto e rejeitado o veto.

Item 3 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 670, de 2016, (Autógrafo nº 31946), vetado totalmente, de autoria do deputado Pedro Tobias. Dá a denominação de "José Candido Carneiro" ao dispositivo de acesso que liga os Municípios de Uru e Pongai à Rodovia SP 333, em Pongai. Parecer nº 942, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação e de Transportes, favorável ao projeto.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis ao projeto e contrários ao veto, queiram permanecer como se encontram. (Pausa.) Aprovado o projeto e rejeitado o veto.

Item 4 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 866, de 2016, (Autógrafo nº 31947), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Engler. Dá a denominação de "Clóvis Antonio Pereira de Araújo" ao dispositivo de acesso e retorno localizado no km 7+500m da Rodovia Maurílio Biagi - SPA 343/322, em Pontal. Parecer nº 941, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação e de Transportes, favorável ao projeto.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis ao projeto e contrários ao veto, queiram permanecer como se encontram. (Pausa.) Aprovado o projeto e rejeitado o veto.

Item 5 - Discussão e votação do Projeto de lei Complementar nº 10, de 2017, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei Complementar nº 1.211, de 2013, que institui o Plano de Carreiras de Empregos Públicos e Sistema Retributório para os servidores ferroviários da Estrada de Ferro Campos do Jordão - EFCJ. Com emenda. Parecer nº 387, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto e contrário à emenda. (Art. 26 da Constituição do Estado).

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, houve uma solicitação do deputado Campos Machado para que nós atendessemos o grupo de servidores da Estrada de Ferro Campos do Jordão e nós vamos fazê-lo no começo da próxima semana. Também houve entendimento para diminuirmos de uma hora e meia para uma hora o prazo restante para a discussão desse projeto. Solicito, então, que ele seja adiado para terça-feira.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Havendo acordo entre os líderes, a Presidência dá por discutido o projeto por mais 30 minutos.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão.

Está levantada a sessão.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 19 horas e 10 minutos.

\*\*\*

## 21 DE SETEMBRO DE 2017

## 135ª SESSÃO ORDINÁRIA

<b>Presidentes: CARLOS GIANNAZI e ORLANDO BOLÇONE</b> <b>Secretário: ORLANDO BOLÇONE</b>
<b>RESUMO</b>
<p>PEQUENO EXPEDIENTE</p> <p>1 - CARLOS GIANNAZI</p> <p>Assume a Presidência e abre a sessão.</p> <p>2 - ORLANDO BOLÇONE</p> <p>Faz uma saudação especial aos alunos do Colégio Santa Amália, de São Paulo, a convite do deputado Carlos Giannazi; e aos alunos do Curso Superior de Tecnologia em Eventos, da Fatec de Barueri. Tece explicações a respeito do funcionamento desta Casa. Discorre sobre plano de desenvolvimento sócio territorial em conjuntos habitacionais, na região de São José do Rio Preto, no bairro de Lealdade e Amizade. Informa que foi alocado no Orçamento uma unidade educacional com 12 salas. Relata que a escola iniciará o funcionamento em 2019. Afirma que a Empresa Municipal de Construções Populares está realizando um trabalho de integração destes novos conjuntos habitacionais, cerca de 10 mil pessoas, para que as mesmas sejam inseridas no novo bairro, com a criação de espaços de convivência, lazer, cultura e esportes. Diz ser esta uma experiência inovadora, que dará uma nova dinâmica ao bairro. Cumprimenta a empresa pelo trabalho desenvolvido.</p> <p>3 - ORLANDO BOLÇONE</p> <p>Assume a Presidência.</p> <p>4 - CARLOS GIANNAZI</p> <p>Saúda as escolas presentes na Casa. Destaca sua preocupação com a anunciada demissão de 30 mil professores categoria "O", no final deste ano. Considera que além dos professores, também muitos alunos serão prejudicados. Crítica a substituição destes professores por outros da mesma categoria. Cita projeto de lei, de sua autoria, que extingue a duzentena deste contrato de professores. Apela a todos os deputados para que seu projeto seja imediatamente votado. Ressalta que os professores desta categoria não têm direito à assistência médica e não podem usar o Iamspe. Convida todos a participarem de audiência pública, no dia 27 de setembro, para discutir este assunto.</p>

5 - CAIO FRANÇA

Saúda os colégios presentes nas galerias. Exibe vídeo sobre assalto a um veículo, ocorrido no bairro Vila Margarida, em São Vicente. Informa que esta rua dá acesso à Rodovia dos Imigrantes, e possui uma escola estadual e um centro esportivo. Diz ter se reunido com diversas autoridades para mostrar sua indignação com o ocorrido. Pede reforço policial para a região ao secretário de Segurança Pública Mágino Alves Barbosa Filho. Afirma que estes assaltos ocorrem cotidianamente. Discorre sobre programa de alistamento civil de jovens para contribuir com a Segurança Pública.

6 - CARLOS GIANNAZI

Lamenta a atual situação dos servidores da Educação e de agentes de organização escolar. Afirma que esta categoria sofre com a desvalorização salarial e das condições de trabalho. Informa que já foram realizados encaminhamentos e audiências públicas para a discussão deste tema, além de diversas cobranças ao governo estadual. Lê carta de uma agente de organização escolar, endereçada ao governador Geraldo Alckmin, que ilustra a situação vivida por estes profissionais, o que considera uma agressão a dignidade humana e uma mostra do descaso com a categoria. Apela para que o Governo tome medidas efetivas.

7 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

8 - PRESIDENTE ORLANDO BOLÇONE

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 22/09, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

\*\*\*

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE – CARLOS GIANNAZI - PSOL - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Orlando Bolçone para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO – ORLANDO BOLÇONE – PSB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

\*\*\*

- Passa-se ao

### PEQUENO EXPEDIENTE

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gilmar Gimes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Afonso Lobato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Fernando T. Ferreira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Geraldo Cruz. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.)

Tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Cezinha de Madureira. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marta Costa. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Davi Zaia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Welson Gasparini. (Pausa.)Tem a palavra a nobre deputada Leci Brandão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Pedro Tobias. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Roberto Massafera. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Orlando Bolçone.

O SR. ORLANDO BOLÇONE - PSB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, nobre deputado Carlos Giannazi, saúdo os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas presentes nesta Casa - não necessariamente no plenário - na pessoa do deputado Caio França.

Quero fazer uma saudação especial aos alunos do Colégio Santa Amália, da cidade de São Paulo, acompanhados pelo professor Marco Aurélio dos Santos, que vêm à Assembleia Legislativa a convite do nobre deputado Carlos Giannazi. Sejam bem-vindos ao Parlamento Paulista. Faço também uma saudação especial aos alunos do Curso Superior de Tecnologia em Eventos da Fatec de Barueri, acompanhados da professora Viviane Veiga.

Inicialmente, Sr. Presidente, em razão dos convidados que estão nos visitando, para que tenham as informações sobre o funcionamento desta Casa, esclareço que este plenário agora discute temas gerais no chamado Pequeno Expediente. Hoje, em outras dependências da Casa, ocorre, por exemplo, um congresso de mediação. Os deputados também estão realizando, pelo interior do estado, diversas audiências para ouvir as sugestões da população e das suas representações e elaborar o Orçamento do Estado de São Paulo.

Hoje quero fazer uma alusão especial à minha região, São José do Rio Preto, e a uma prática que está sendo desenvolvida pela Emcop - Empresa Municipal de Construções Populares. A Emcop está fazendo um plano de desenvolvimento socioterritorial nos conjuntos habitacionais. Pegarei como exemplo o bairro Lealdade e Amizade, onde há um conjunto habitacional de 2.508 unidades habitacionais.

Hoje, em uma contribuição deste deputado, tivemos uma audiência com o Dr. José Renato Nalini, secretário da Educação do Estado de São Paulo. Inserimos no Orçamento de 2018 uma unidade educacional com 12 salas e um investimento previsto de 4 milhões de reais. A obra deve durar o ano de 2018, a escola começará a funcionar em 2019.

A Emcop, empresa municipal de São José do Rio Preto, tem um trabalho social além do trabalho habitacional. Ela está fazendo um trabalho de integração desses conjuntos habitacionais, como ocorre em todas as cidades, como Barueri e São Paulo, procurando inserir a população. As 2.508 unidades habitacionais têm por volta de 10 mil pessoas em um ambiente novo, que tem já um entorno. Nesse nosso caso é um distrito chamado Talhado que tem uma população de aproximadamente cinco mil habitantes. No total são cerca de 15 mil habitantes. Então, há a necessidade de integração. E a empresa de construções populares de São José do Rio Preto está fazendo um trabalho inovador, ou seja, um plano de inserção, de integração desses moradores que vieram de diversos bairros da cidade. Daí a nossa intervenção no sentido de rapidamente já colocar uma escola criando espaços de convivência. São centros de referência de assistência social, espaços de lazer, espaços esportivos, espaços de cultura, onde eles gerenciam e procuram facilitar para que essa nova população, como se fosse uma nova cidade, possa se inserir e formar efetivamente uma nova comunidade, visto que, como já dissemos, eles vêm de diversos pontos da cidade, no caso de São José do Rio Preto, que é uma cidade de 450 mil habitantes.

Então, é muito importante que se registre essa experiência pioneira e inovadora.

Sr. Presidente, solicito que cópia desse pronunciamento seja enviada à diretoria da empresa de construções populares no sentido desse registro que estamos fazendo de inserir, de colocar a escola nesse espaço, o que vai dar toda uma dinâmica especial, pois a escola é um ponto de encontro. Quero cumprimentá-los também pelo trabalho inovador de integração, visto que os conjuntos habitacionais normalmente são inseridos em espaços que integram a população que chega de outros bairros à população daquele entorno. Portanto, cumprimentar a empresa de construções populares e pedir que se registre nos Anais desta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputadas, Sras. Deputadas.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - O pedido de V. Exa. é regimental. Esta Presidência solicita a V. Exa. que assuma a direção dos trabalhos.

\*\*\*

- Assume a Presidência o Sr. Orlando Bolçone.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - ORLANDO BOLÇONE - PSB - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi, pelo tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente em exercício, nobre deputado Orlando Bolçone, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente, quero saudar aqui as duas escolas presentes, Colégio Santa Amélia, que esteve ontem aqui participando de uma atividade, a Etec de Barueri, sejam bem-vindos professores e alunos.

Sr. Presidente, quero aqui, rapidamente, dizer que estamos preocupados com o que vem acontecendo aos professores da rede estadual de ensino, sobretudo com os professores categoria “O”. O governo Alckmin já anunciou que vai demitir 30 mil professores no final do ano. Trinta mil professores categoria “O” serão demitidos, serão afastados das suas funções por conta daquela famigerada Lei nº 1093, aprovada aqui no plenário, em 2009. Votei contra, mas a maioria votou a favor; a base do Governo votou a favor. Com isso o governo Alckmin, a Secretaria da Educação vai prejudicar não só 30 mil professores, mas os alunos, pois muitos deles ficarão sem aulas.

Porém, o mais assustador é que esses 30 mil professores não serão substituídos por proferesores concursados e aprovados nos últimos concursos. Esses professores, que foram contratados, através de um contrato precarizado, serão demitidos e substituídos por outros professores também precarizados na mesma situação de contrato, contrato pela Lei nº 1093, onde existe a famosa duzentena.

Eu já apresentei, em 2009, um Projeto de lei, que tramita aqui na Assembleia Legislativa e que, inclusive, foi renovado, o PLC nº 24, de 2015. Ele está pronto para ser votado, já foi aprovado em todas as comissões, tem um requerimento de urgência, porém ainda não foi votado. Se for votado resolveremos essa situação, porque ele extingue, acaba definitivamente, com a duzentena. Assim, não haverá mais a interrupção dos contratos dos professores da categoria “O”.

Por isso, faço um apelo aos 94 deputados e deputadas para que nosso PLC, o Projeto de lei Complementar nº 24, de 2015, seja imediatamente votado, porque, além de acabar com a duzentena, com essa interrupção, ele garante que os professores da categoria “O” tenham direito à assistência médica. O professor da categoria “O” não pode utilizar o Hospital do Servidor Público, ou seja, o Iamspe. É um absurdo total. O professor da categoria “O” é um professor considerado de quinta categoria pelo estado, é um professor marginalizado. E há um número muito significativo desses profissionais, são 30 mil trabalhadoras e trabalhadores da Educação vivendo nesta situação.

Qual a solução, presidente? Acabar com a duzentena. E já apresentamos a proposta. Como tenho dito, nosso mandato denuncia, mas também anuncia a solução. É o que eu estou fazendo, estou denunciando esse crime que o governador Geraldo Alckmin está cometendo contra os professores da categoria “O” e contra a Educação, mas também estou dizendo que há uma saída. Qual a saída? Aprovar o PLC nº 24 de 2015, que resolve a situação, que acaba com a duzentena, com a interrupção do contrato.

Aproveite a oportunidade para convidar todas as pessoas que estão acompanhando a sessão para que possam vir aqui em nosso evento. Dia 27 de setembro vamos organizar uma grande audiência pública em defesa dos professores da categoria “O”. Vai ser dia 27, aqui na Assembleia Legislativa, às 19 horas, no plenário Teotônio Vilela. Estarão presentes os professores, alunos, todas as pessoas que defendem a educação estadual, o magistério e os profissionais da Educação.

É inconcebível que 30 mil professores sejam demitidos no final do ano por conta de uma lei famigerada, criminoso, do governo estadual, que foi aprovada aqui com o consentimento da base do governo. Repito que, em 2009, eu votei contra. Era o famoso PLC nº 29, de 2009. Votei contra e alertei para os efeitos perversos dessa legislação.

Assim, é muito importante que esta Assembleia Legislativa se comprometa a corrigir essa traição, porque ela traiu os professores. Um deputado que vota em uma lei dessas é um traidor da Educação, dos quatro milhões de alunos matriculados na rede estadual, é um traidor do magistério paulista. Mas agora podemos fazer uma reversão desse processo votando o nosso PLC nº 24, de 2015.

Assim, fica aqui o nosso apelo a todos os deputados, deputadas e a todas as bancadas, para que possamos votar em caráter de extrema urgência o PLC nº 24, de 2015, que acaba com a duzentena no estado de São Paulo e que garante que os professores da categoria “O” possam utilizar o Iamspe.

O SR. PRESIDENTE - ORLANDO BOLÇONE - PSB - Tem a palavra o nobre deputado Caio França.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde a todos os presentes. Saúdo os colégios do município de São Paulo que estão aqui nos acompanhando.

Sr. Presidente, antes de iniciar minha fala eu gostaria de reproduzir um vídeo. Sou de São Vicente, tive a oportunidade de ser vereador lá na cidade, a primeira cidade do Brasil. Lamentavelmente, na semana passada - não temos informação da data exata -, ocorreu um episódio no bairro de Vila Margarida, um dos bairros mais populosos da cidade.

Gostaria que imagens desse episódio fossem reproduzidas:

\*\*\*

- É feita a exibição de vídeo.

\*\*\*

Os infratores, depois, levaram o carro. Soube que o carro já foi encontrado, mas é triste ter de mostrar essas cenas na Assembleia. Ocorreu na minha terra, na minha cidade, num bairro que temos muito carinho. Essa rua dá acesso à Imigrantes, que é a nossa principal porta de entrada e de saída. A prefeitura fez algumas intervenções ali, onde tinha uma lombada que acabava facilitando a ousadia desses marginais. No mesmo local, ao lado, existe a Escola Estadual Margarida Pinho Rodrigues. A pessoa que está filmando - não sei quem é - estava dentro de uma unidade de Saúde do município. E cerca de dez a 15 metros do local há um centro esportivo. É muita ousadia dos jovens.

Estive ontem com o coronel Rogério, que comanda o CPI-6, responsável pela Baixada Santista. Mostrei a minha indignação com relação ao caso mencionado. Falei com o delegado titular de São Vicente, Dr. Carlos Schneider, e pedi para apontar nas redes sociais e no WhatsApp os possíveis meliantes que praticaram esse roubo. Estive hoje com o secretário Mágino Barbosa,